

CRISE NO CONGRESSO

Senador nega participação em violação de sigilo, tenta culpar apenas Arruda pela fraude e alega que não delegaria 'a ninguém' falar em seu nome

‘Meu nome foi usado sem meu conhecimento’

DOCA DE OLIVEIRA
e RENATA GIRALDI

BRASÍLIA – O ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou-se ontem ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa disposto a eximir-se de qualquer envolvimento com a violação do painel eletrônico de votação, mas não foi convincente. Em mais de cinco horas de depoimento, o senador transferiu a responsabilidade pela fraude para o senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) e à ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges, mas não conseguiu explicar por que não tomou nenhuma providência ao tomar conhecimento da lista com os votos da sessão secreta em que os parlamentares cassaram o mandato de Luiz Estevão.

Aparentando calma, ACM disse que seu nome foi usado por Arruda sem o seu conhecimento. Ele não teria divulgado a violação do painel para preservar a imagem do Senado e não colocar em risco a cassação do político brasileiro. “Não pedi nem direta nem indiretamente”, alegou. “O meu nome foi usado sem meu consentimento e conhecimento, não consenti nem soube de nada.”

Sua estratégia de defesa ficou clara no início do testemunho: preservar a imagem dos envolvidos. O que incluiu elogios a Regina e a Arruda. Ele deixou claro, porém, que os acusados agiram por iniciativa própria e tentou convencer os parlamentares que, se cometeu algum erro, foi ficar calado para preservar a imagem da Casa. Pressionado pelos senadores do conselho, ele aceitou fazer aca-reação com Arruda e Regina.

“Hoje, com toda franqueza, vejo que fui omissos, devo assumir, em defesa do Senado”, disse. O pefelista acrescentou que admitiu a existência da lista quando teve certeza que os votos não haviam sido adulterados. A confiança foi assegurada pelo segundo laudo da Universidade de Campinas (Unicamp). ACM apoiou-se nos depoimentos prestados pela ex-diretora do Prodasen e pelos discursos de Arruda. “Ela nunca disse que eu falei com ela diretamente sobre o assunto, mas que recebeu a informação por intermédio do Arruda. Que interesse eu tinha nessa lista?”, comentou. “Eu não faço política no Distrito Federal, não tinha interesse nenhum nisso”, justificou, insinuando que o interesse era de Arruda, virtual candidato ao governo do Distrito Federal, tendo Estevão como adversário.

Acompanhado por toda a bancada carlista no Congresso e por parte da sua bancada estadual, ACM deu seu testemunho recheado de recados e imperativos. Pedindo que os senadores avaliassem o caso com isenção, ele tentou equilibrar firmeza e humildade. Por fim, garantiu que tem muitos serviços a prestar ao País e à Bahia. Leia os principais trechos do depoimento:

Revelia – ACM tentou convencer os senadores de que seu nome foi usado por Arruda à revelia e só soube do fato depois. “Todos os que me conhecem, mesmo os meus adversários, sabem que eu não delego a ninguém falar em meu nome. Ninguém falaria em meu nome em um assunto tão grave.” Em seguida, levantou uma dúvida: “Ou então poderia ser um alibi para mostrar que eu estava no assunto.” Ele frisou que, caso existesse interesse, teria procurado Regina pessoalmente, pois era uma

funcionária com quem mantinha relações cordiais.

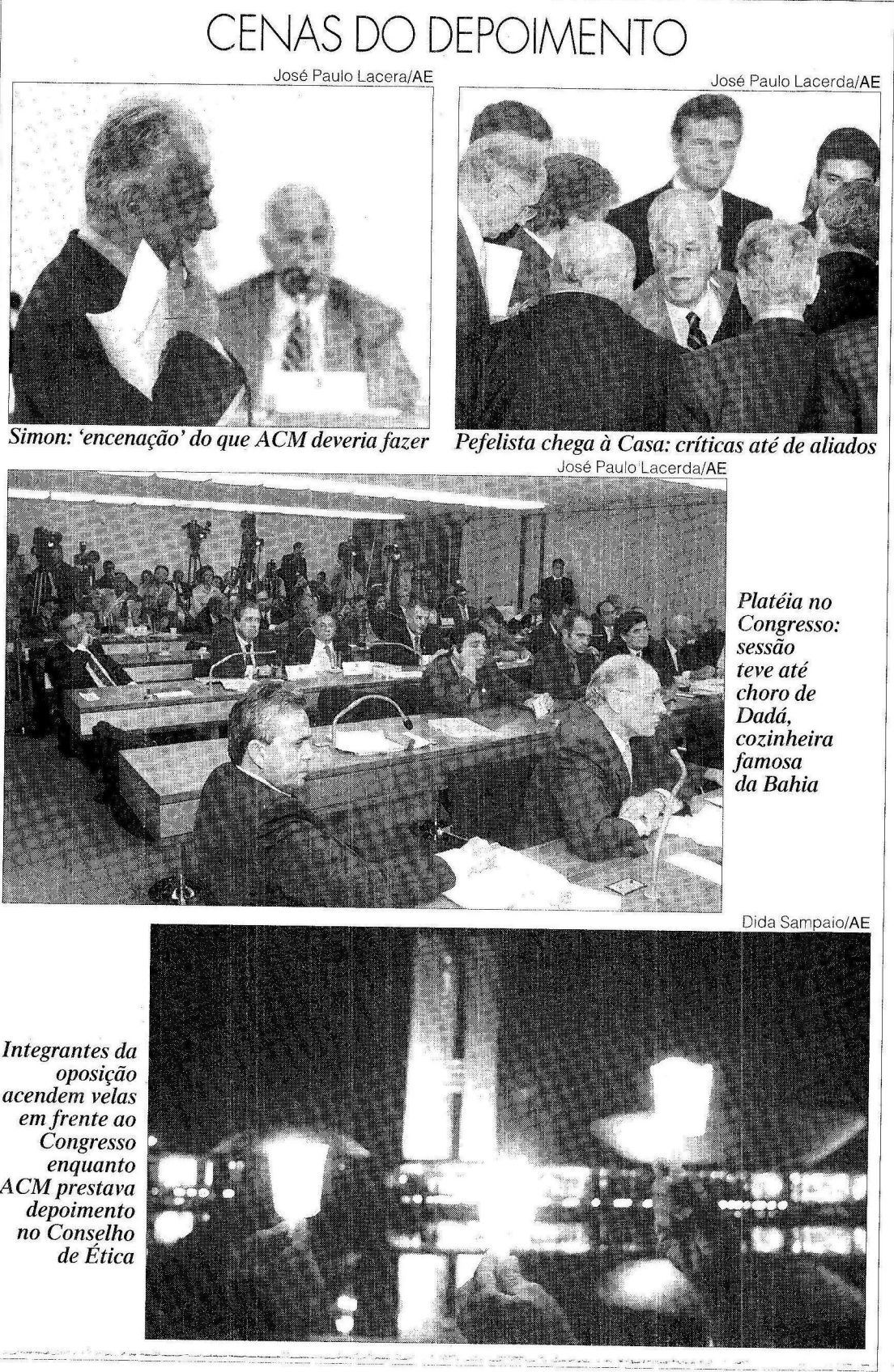
Usando parte do depoimento da ex-diretora do Prodasen, ele tentou convencer os parlamentares de que Regina teria agido não para o agradar, mas para agradar a Arruda. “Parece que o prestígio irrefreável não residia apenas em mim, mas em quem fez o pedido. Está claro que, até receber a lista, eu nunca tratei do assunto.” Em seu testemunho ao Conselho de Ética, a ex-funcionária declarou que, se qualquer outro senador lhe pedisse a mesma coisa, teria negado. O fato de o pedido ter sido feito por intermédio do então líder do governo havia pesado na decisão. “Ela falou com o Arruda tarde da noite e de manhã o assunto estava resolvido.” ACM também sustentou que Regina Borges tenha usado seu nome para convencer seus subordinados a ajudarem na violação. “O que houve foi uma coação, ela usou o meu nome para conseguir o que queria.”

Lista – Em mais uma tentativa de eximir-se, ACM lembrou que a lista de votos não lhe foi entregue diretamente, mas, sim, a um assessor de Arruda, que a levou pessoalmente ao seu gabinete. “Se não pedi, por que seria entregue a mim? Por isso, foi entregue ao Lamoglia”, respondeu, referindo-se ao assessor pessoal do ex-líder do governo na Casa. O senador baiano contou que no dia seguinte à cassação, Arruda foi a seu gabinete, dizendo levar uma surpresa. “Você está sentado?”, teria lhe perguntado o senador. “É claro que estou, você não está vendo?”, reagiu ACM. “Ele abriu o envelope e me entregou a lista.” ACM afirmou que não se tratava de uma lista oficial e confirmou que o documento não fora impresso em papel timbrado do Senado.

“Eu destruí” – O pefelista garantiu ter destruído a lista. “Tomei uma decisão solitária e destruí a lista. Uns 30 minutos depois de o senador Arruda deixar meu gabinete, joguei-a na cesta de lixo. Poderia mantê-la em minhas mãos, mas não quis.” ACM disse que, mesmo que guardasse o documento, não poderia divulgá-lo, para não incorrer em crime.

FHC – ACM negou que tenha mostrado a lista ao presidente Fernando Henrique Cardoso, como foi noticiado. “Não mostrei”, disse, categórico. O senador reclamou, dizendo que não estava sendo tratado com justiça pelo presidente. “Não posso dizer que comigo ele tem sido justo. Mesmo sendo injusto, não posso macular sua honra. Eu o ajudei bastante nesta Casa, mas ele nunca me pediu nada imoral”, afirmou, contrariando expectativas de que fosse envolver o Palácio do Planalto.

Tereza Grossi – O senador pefelista também descartou que tenha havido fraude na votação que ratificou o nome da economista Tereza Grossi para o cargo de diretora de fiscalização do Banco Central. “Posso dizer que o governo agiu com certa habilidade.” Segundo ele, o Planalto esperou serem esvaziadas as resistências dos parlamentares ao nome da economista para colocar seu nome em votação. “Foi uma votação normal e não ilegal como se diz hoje, com acusações ao próprio painel.” ACM frisou que na votação em que Jader Barbalho (PMDB-PA) foi eleito para a presidência do Senado não deve ter havido fraude. “Ele se elegeria de qualquer jeito, pois ha-



CENAS DO DEPOIMENTO
José Paulo Lacerda/AE

Simon: ‘encenação’ do que ACM deveria fazer
José Paulo Lacerda/AE

Pefelista chega à Casa: críticas até de aliados
José Paulo Lacerda/AE

Platéia no Congresso: sessão teve até choro de Dadá, cozinheira famosa da Bahia

Integrantes da oposição acendem velas em frente ao Congresso enquanto ACM prestava depoimento no Conselho de Ética

Dida Sampaio/AE

via conjunção entre partidos na Câmara e no Senado.”

Preocupação – Outro ponto da defesa foi justificar a decisão de não denunciar a violação do painel nem divulgar a lista. Segundo ele, era para preservar o Senado e não comprometer a cassação de Estevão. “Achei pior para o Senado fazer uma acusação e levantar dúvidas sobre a lisura de uma votação que foi correta. Não (tomei providências) por não querer escandalizar uma votação correta.” Ele contou que fez um exame de consciência e concluiu ter tomado a decisão certa. “Tenho certeza de que a maioria dos senadores não iria colocar aquela votação em risco.”

Telefonemas – ACM deu sua versão para os telefonemas trocados com Regina Borges. O primeiro, sustentou, foi feito a pedido de Arruda, momentos depois de ter recebido a lista. “Ele pediu que eu ligasse para Regina, pois ela estava em nervos.” Ele sustentou que o próprio Arruda pediu a uma de suas secretárias, Flávia Badaró, que fizesse a ligação e passasse o telefone quando a diretora do Prodasen já estava na linha.

O pefelista teve a preocupação de rastrear a ligação e informou aos senadores ter localizado a chamada feita de seu antigo gabinete. “Foram 34 segundos entre fazer a ligação e desligar. Eu lhe disse: ‘A senhora tem prestado serviços ao Senado, não deve ficar nervosa nem ter culpa’.” Para ele, Arruda queria comprovar à ex-diretora do Prodasen que o pedido fora do presidente da Casa. “Ele quis tranquilizá-la de uma participação que não existia.” O senador baiano garantiu que naquela conversa não lhe prestou solidariedade. Ele confirmou ter feito um telefonema de Miami, mas afirmou que o contato serviu para questionar a nomeação de um executivo para o Prodasen. “Eu ia ligar para falar do Prodasen e não perguntaria sobre o painel, se tivesse algo a ver com isso?”

Encontros – Ele confirmou ter se encontrado com a ex-diretora do Prodasen no apartamento de sua assistente, Isabel

Flecha de Lima. Disse que o pedido do encontro e a sugestão do local partiram de Regina e o assunto não era a violação.

Arruda – No depoimento, o senador elogiou o ex-líder do governo, mas esforçou-se para responsabilizá-lo pela violação. “Ele prestou um grande trabalho na defesa do governo FHC. Salvo dizer que ele errou nesse episódio, sua atuação nunca foi maculada nesta Casa.”

Regina – O ex-presidente do Senado admitiu ter selecionado o nome da ex-diretora do Prodasen em uma lista tríplice e afirmou que, por ter-se portado com dignidade, a manteve no cargo em seus dois mandatos à frente do Senado. Como estava previsto, ele criticou duas decisões administrativas da ex-diretora que, segundo sua versão, teriam sido tomadas com a intenção de agradá-lo. Uma delas foi a contratação de Altair Menezes, indicação de seu ex-assessor Rubens Gallerani, para um cargo no Prodasen. “Exigi que demitisse e ela assim o fez.”

Em outra oportunidade, Regina teria contratado ex-funcionários do órgão, já aposentados, com salários mais altos. “Eu a convoquei, exigi que demitisse e pedi que isso não mais se repetisse.” Ele fez questão de ler trechos do depoimento nos quais a ex-diretora do Prodasen lhe fizera elogios. “Ela me chamou de justo, austero e bravo, frisando que eu nunca lhe pedi nada que não fosse inadequado.”

Confirmação – Segundo ele, pelo julgamento que fazia de seu caráter, Regina deveria tê-lo procurado para confirmar a veracidade do pedido apresentado por Arruda ou recorrido a outros membros da Mesa. “Não estamos tratando de uma pessoa inexperiente, mas de uma profissional respeitada, que conduziu o Prodasen por mais de 10 anos. Ela não me deu a oportunidade sequer de desautorizar o uso do meu nome.” Para o senador, o que se deve questionar é por que ela não o procurou para discutir o assunto. “Ela é que foi responsável, não eu.” E sustentou

ainda que Regina poderia ter alegado motivos técnicos para negar o pedido.

Conversas – O senador baiano reconheceu ter discutido a situação de Estevão com senadores e deputados, às vésperas da cassação. Qualificou tais especulações como uma prática normal diante de votações importantes. “Foram muitos os senadores que me procuraram no meu gabinete, inclusive alguns dos que aqui estão. Não fiz comentários com parlamentares nem jornalistas, já com Vossa Excelência eu fiz uma indagação”, comentou, respondendo à interpelação do petista José Eduardo Dutra (SE), que perguntou se ele havia espalhado informações que viu na lista. Segundo ACM, Arruda frequentava seu gabinete como líder do governo, mas durante o processo de cassação vários políticos fizeram o mesmo.

Heloísa Helena – Outra intenção da sua defesa foi desmentir que tenha dito aos procuradores da República que a senadora petista Heloísa Helena (AL) teria votado contra a cassação de Estevão. Mas fez questão de lembrar ter tratado com ela do assunto. “O que posso dizer é que muitas vezes tratei com a senhora sobre a cassação e sempre encontrei o desejo de cassar.” ACM relatou conversa que teve com a parlamentar no plenário, sobre intenção de voto de um colega que teria sido convencido por ela a apoiar a cassação. “Não acredito que a senhora tenha votado contra.” E acrescentou: “Qualquer lista que apareça eu serei seu defensor.”

Futuro – ACM encerrou seu depoimento garantindo que ainda tem muitos serviços a prestar ao País e à Bahia e lembrou que senadores e deputados de todas as linhas ideológicas prestaram-lhe homenagens ao final de seu segundo mandato à frente do Senado. “Nunca deslustrei o plenário do Senado e do Congresso.” “Servi ao meu País e espero servir por muito tempo. Eu tenho um passado, um presente e um futuro de servir à Bahia e ao Brasil.” (Colaborou Andréa Portela)